

Esquerda não discute sindicato no Senado

14 MAR 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

À exceção do PCB, que defende a unidade sindical, partidos considerados de esquerda, como o PDT e o PT, são simpáticos à Resolução nº 84, em tramitação no Senado, há cerca de 30 anos, que prega a pluralidade sindical e o fim da contribuição sindical e do atrelamento dos sindicatos ao Estado. Todos são unânimes, no entanto, em trazer a discussão para a Assembléia Nacional Constituinte e consideraram um atropelo à sua soberania a discussão da matéria pelo Senado, idéia defendida pelo Executivo e pelo líder do PFL, deputado José Lourenço.

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) disse que seu partido é contra a Resolução por entender que o pluralismo proposto na matéria divide a unidade do sindicalismo no país. Ele considera a atitude do presidente Sarney, que ressuscitou a resolução, há 30 anos nas gavetas do Congresso, "uma tentativa de tirar da Constituinte a soberania que lhe resta, após os acordos da Aliança Democrática na votação de seu Regimento Interno. "Essa é uma decisão que tem de partir da Constituinte não do Senado. Por isso, o PCB vai apresentar um projeto de decisão para impedir que qualquer decisão do Senado venha a alterar o poder soberano da Constituinte".

Também os deputados Florestam Fernandes (PT-SP) e Amauri Müller (PDT-SP) concordam que cabe à Constituinte discutir o sindicalismo no país e implantar uma nova política sindical. No entanto, ao contrário do parlamentar pecebista, eles entendem que a pluralidade é a única maneira de acabar com o peleguismo nos sindicatos e com o seu atrelamento ao Estado. Florestam disse que o PT é favorável porque defende o pluralismo, mas que não há unanimidade entre os sindicalistas a respeito da Resolução 84-e, por isso, ela tem de ser objeto de ampla discussão na Constituinte. "O Senado poderia remetê-la à Comissão Constituinte competente para tratar do assunto, para que ela sirva como



Augusto Carvalho teme divisão

subsídio. Mas ele não pode precipitar a solução do problema, votando isoladamente a matéria", defendeu.

Já Müller, apesar de ver avanços na Resolução para o sindicalismo, como o pluralismo e o direito de sindicalização dos funcionários públicos, acha que ela tem aspectos perigosos. "A automatização dos sindicatos, por exemplo, pode significar seu enfraquecimento, e eles perderiam a unidade e a força nesse momento de crise. E preciso que a Assembléia Constituinte discuta profundamente o sindicalismo no país. O governo, ao sugerir a votação rápida da matéria pelo Senado, está tentando atropelar o processo e retirar o que resta da soberania da Assembléia Constituinte.

Lei ordinária

Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, afirmou que a Resolução 84 é assunto de lei ordinária e, portanto, cabe ao Senado votá-lo e não à Constituinte. "O que eles querem é fazer uma Constituição com 500 artigos, interminável. Sou favorável à Resolução 84 por considerá-la democrática. Defendo a pluralidade e o fim da contribuição sindical. Mas indiscutivelmente cabe ao Congresso e não à Constituinte tratar do assunto".